



**ATA DA PLENÁRIA 10-12-2024**  
**FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS**

**I. LOCAL E DATA**

**Data:** 10 de dezembro de 2024

**Horário:** 14h às 17h

**Local:** sala de reuniões na sede da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), no endereço SCS Q. 2 Bloco C, Edifício Jamel Cecílio 6 ANDAR - Asa Sul, em Brasília.

**II. PARTICIPANTES**

Camila Cavallari	Embaixada da Noruega
Carolina Santana	ANMIGA
Daniela Greeb	Instituto de Políticas Relacionais (IPR)
Danilo Ferreira Alexandre	Pesquisador
Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira	Especialista
Edenilson Sebastião (Chicão Terena)	Articulação dos povos indígenas da região Sudeste (ARPINSUDESTE)
Edmundo Dias	MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão
Ela Wiecko Volkmer de Castilho	Grupo de Pesquisas de Direitos Étnicos-Moitará Cnpq da Faculdade de Direito da UnB
Elaine Moreira	Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (OBIND)
Eliel Benites	Ministério dos Povos Indígenas (MPI)
Esther	CIMI
Flávio de Leão Bastos Pereira	Organização dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB/SP)
Iara Ferraz	Especialista
Kleber Karipuna	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)





Júlio Zelic	Armazém Memória
	(MPI)
Maite Alves Guedes	Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas (DEMED/GM/MPI)
Manoel Lauro Volkmer de Castilho	Especialista
Manuela Carneiro da Cunha	Especialista
Manuele Pimentel Serra	Pesquisadora do Relacionais/Obind
Marciano Rodrigues	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL)
Marco Antônio de Almeida	MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Dourados
	Coordenadora-Geral de Formação na Mediação e Conciliação em Conflitos Indígenas do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas (MPI-GM-DEMED-CGMFI)
Marlise Mirta Rosa	
Marlon Weichert	MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão
Paula Capriglione	Armazém Memória
	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC)
Paula Franco	Assessoria de Defesa da Democracia, Memória e Verdade
Paulino Montejo	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)
Paulo Tupinikim	
Rafael Chaves Nakamura	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
Rafael Pacheco Marinho	Instituto de Políticas Relacionais (IPR)
	CEPEDES - CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM DIREITO SOCIOAMBIENTAL,
Raquel de Souza Ferreira Osowski	
Rozenildo Valiente Benite	Ponto Focal Regional APIB - Aty Guasu
Rubens Valente Soares	Jornalista da A Pública
Stephen G Baines	Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Tatiane Klein	Instituto Socioambiental (ISA)
Valcélvio Terena	Ponto Focal Regional APIB - Conselho do Povo Terena
<a href="#">Vanessa Labigalini</a>	Instituto de Políticas Relacionais (IPR)





### III. PAUTA

- Retrospectiva dos últimos encontros
- Definição da estrutura de funcionamento do Fórum:
  - Grupos de Trabalho
  - Agenda de 2025
- Próximos passos

### IV. RESUMO

Kleber da APIB deu as boas-vindas aos participantes e ressaltou a importância do novo escritório da APIB como um espaço de referência para o movimento indígena, informando que a estruturação do local está em andamento e que a reunião do fórum ocorreu na sede também para aproximar as lideranças regionais. A reunião começou com as apresentações dos participantes, que incluíram representantes de diversas organizações, como antropólogos, procuradores e membros de povos indígenas, enriquecendo a troca de experiências.

Marcos Rufino e Daniela Greeb apresentaram um resumo das atividades do fórum desde seu lançamento em setembro, destacando a proposta da criação de grupos de trabalho e uma agenda para 2025, além da proposta de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade. Paula iniciou a discussão sobre a estrutura dos grupos de trabalho, enfatizando a importância do mapeamento de casos, enquanto Flávio e Alessandra levantaram questões sobre a colaboração entre grupos e a divisão das entidades.

A reunião também definiu as funções dos cinco Grupos de Trabalho (GTs), a saber: GT Estudo de Casos, Técnico-Jurídico, Articulação e Incidência Nacional, Incidência Internacional e Comunicação e Sensibilização Social. Houve divergências sobre a subdivisão do GT1 e a proposta de um novo GT para sistematização. O foco principal será mapear e compilar informações existentes para subsidiar os processos de justiça de transição. Marlon e outros participantes discutiram a importância de garantir o protagonismo e a autonomia dos povos indígenas em um projeto que visa formar jovens indígenas na pesquisa, ressaltando a necessidade de acompanhamento contínuo.

Edmundo Dias sugeriu que o “GT Estudo de Casos” tratasse do “estudo de temas”, uma vez que a abordagem de padrões de violações (como, p. ex., a desterritorialização; a





militarização das terras indígenas; a abertura de estradas; a perpetração de ataques químicos contra os povos indígenas etc.) apresentaria uma transversalidade que poderia potencializar o resultado da atuação do GT 1, na medida em que tais temas, entre vários outros, atravessam a história de graves violações cometidas contra diversas etnias, por vezes conjuntamente (como, p. ex., o caso da GRIN). Destacou que a CNV estudou apenas 10 casos, mas isso não quer dizer que existam outros 295 casos de violações, pois não há correspondência entre o número de violações e o número de etnias: podem ser muitíssimas mais as violações, pois um povo não raramente é vítima de violações recorrentes, e de outro lado é possível pensar em povos, como indígenas isolados, que não tenham casos a ser estudados pelo GT no contexto da ditadura militar.

Deliberou-se que a sugestão pode ser pensada futuramente, mas que, no momento atual, o GT 1 deve começar com o estudo de casos.

A reunião culminou com a proposta de uma nova reunião para discutir a divisão de temas e a participação de instituições como o ISA e a FUNAI. **A próxima reunião foi agendada para 18 de fevereiro, onde cada grupo de trabalho poderá apresentar suas metodologias e agendas.**

## V. ASSUNTOS TRATADOS

### 1. Boas-vindas e Apresentação do Escritório da APIB

Kleber Karipuna, um dos coordenadores executivos da APIB, iniciou a reunião dando boas-vindas aos participantes, tanto presenciais quanto virtuais. Ele ressaltou que o escritório da APIB, que já está em funcionamento há um ano, servirá como um ponto de referência para as lideranças indígenas e seus aliados. A reunião do fórum de povos indígenas será realizada no espaço para fortalecer a conexão com as regionais.

### 2. Apresentações dos Participantes

A sessão começou com boas-vindas e a proposta de uma breve apresentação dos participantes. Marcos Rufino e Elaine foram alguns dos primeiros a se apresentar, seguidos por outros representantes de diversas instituições, como Alessandra Queiroga do Ministério Público do DF e Paulo Tupiniquim, coordenador-geral da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. A diversidade de vozes e instituições reflete a amplitude do encontro.





### **3. Propostas e Estrutura do Fórum**

A apresentação abordou o progresso do fórum desde seu lançamento, destacando a adesão de mais de 40 instituições e a realização de plenárias. Dr. Marlon discutiu a importância de consolidar conhecimento acumulado e a necessidade de articular ações em diferentes esferas do governo e da sociedade civil. A proposta inclui a formação de cinco Grupos de Trabalho focados em estudos de casos, elaboração de um decreto, articulação política, engajamento com organismos internacionais e comunicação.

### **4. Discussão sobre Grupos de Trabalho e Mapeamento de Casos**

Paula destacou a necessidade de esclarecer a estrutura dos grupos de trabalho, especialmente em relação ao mapeamento de casos. Flávio questionou a possibilidade de colaboração entre diferentes grupos e a gestão do material produzido. Alessandra e outros participantes expressaram preocupações sobre a divisão das entidades e a extensão do primeiro grupo, sugerindo que ele poderia ser muito amplo.

### **5. Discussão sobre a Estrutura e Funções dos Grupos de Trabalho**

A reunião destacou a importância de um GT para mapear e sistematizar informações sobre casos relacionados aos povos indígenas, com a proposta de dividir o trabalho regionalmente. Flávio e Alessandra sugeriram que entidades participem de mais de um GT, enfatizando a necessidade de definir responsabilidades e pontos focais para cada grupo.

Foi apontado também a necessidade de sistematização e gestão documental dos materiais produzidos pelos GTs.

### **6. Discussão sobre o Protagonismo Indígena e Metodologias de Justiça**

A discussão abordou a relevância de um projeto que busca formar jovens indígenas e assegurar a autonomia dos povos. Marlon destacou que o projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas deve ser visto como uma extensão das iniciativas do Fórum, enfatizando a importância de envolver as lideranças regionais da APIB. A necessidade de uma metodologia que respeite a memória e a verdade dos povos indígenas foi também mencionada, assim como a importância do protagonismo e autonomia dos povos indígenas no projeto.





## **7. Discussão sobre os Sete Casos e o Papel das Regionais**

Os sete casos de estudo previstos no projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas devem ser levantados pelas regionais da APIB. O projeto também visa dialogar com especialistas presentes no fórum, compartilhando informações e documentos relevantes. A consulta para registro de testemunhas será flexível, respeitando a vontade de cada indivíduo.

## **8. Discussão sobre a Organização e Mapeamento de Casos Indígenas**

Raquel Osowski e outros participantes discutiram a necessidade de um mapeamento de casos nas instituições, enfatizando a importância da FUNAI e a gestão de acervos. Pedro Magalhães complementou que o projeto da APIB, em parceria com o OBIND e o IPR, busca realizar uma consulta nacional para entender as demandas dos povos indígenas.

## **9. Discussão sobre Grupos de Trabalho e Temas de Violação de Direitos Indígenas**

Durante a discussão, Edmundo Antônio Dias sugeriu que os GTs abordassem temas gerais relacionados a violações de direitos indígenas, em vez de se concentrarem em casos isolados. Ele argumentou que essa abordagem poderia revelar a complexidade das violações enfrentadas por diferentes povos indígenas e permitir uma análise mais abrangente das questões históricas. A Proposta de criação de grupos de trabalho (GTs) para abordar diferentes aspectos da Comissão Nacional Indígena da Verdade.

## **10. Definição de Grupos de Trabalho (GTs)**

### **1. GT Estudo de Casos**

Mapeamento de Casos e compilação de outras investigações e estudos

- Anmiga - a consultar
- Alessandra (MP Transforma)
- Cimi - a consultar
- Clovis Brighenti (Unila)
- Deborah Duprat (advogada - especialista)
- Edmundo Dias (MPF-MG)
- Ela Wiecko (UnB)
- Elaine Moreira (Obind/UnB)
- Iara Ferraz (antropóloga)
- Julio (Armazém Memória)
- Rafael Nakamura (CTI)





- Rafael Pacheco (IPR)
- Raquel (CEPEDIS)
- Rozenildo (Aty Guaçu)
- Rubens Valente (A Pública)
- Stephen Baines (UnB)
- Tatiane (ISA) - a consultar equipe
- Valcélío Terena (Conselho Terena)

## 2. GT Técnico-Jurídico

Elaborar a minuta do ato normativo de criação da CNIV

- Flavio Bastos (Mackenzie)
- Manuel Volkmer (jurista - especialista)
- Marlon Weichert (MPF)
- Mauricio Terena
- Paulino Montejo (Apib)
- Paulo Wanke (Funai PFE)

## 3. GT Articulação e Incidência Nacional e Internacional

Articular e incidir em todas esferas de poder nacional

- Chicão Terena
- Eliel Benites (MPI)
- Marciano Rodrigues (Arpinsul)
- Paulino Montejo (Apib)
- Paulo Tupinikim (Apoime)
- Rafael Pacheco (Relacionais) - apoio
- Valcelio

Articulação com organismos internacionais (CIDH, Relatorias Especiais, ACNUDH e outros):

- Cimi - a consultar
- Flavio Bastos (Mackenzie)
- Kleber Karipuna (Apib)
- Marco Antonio Delfino (MPF-MS)
- Marlon Weichert (MPF)
- Paulo Tupinikim (Apoime)
- Tatiane (ISA)





#### **4. GT Comunicação e Sensibilização Social**

Elaborar materiais de de informação para formadores de opinião

Articular em Rede Sociais e outras formas de divulgação

- Comunicação APIB deverá fazer toda a comunicação (confirmar Paulino)
- Daniela Greeb (IPR)
- Paula Capriglione (Armazém Memória)
- Rubens Valente (A Pública)

#### **11. Propostas e Agendas para Reuniões Futuras**

Durante a discussão, foi sugerido que a próxima reunião ocorra em 18 de fevereiro de 2025, com a participação de diversas instituições. A ideia é que cada GT traga suas propostas e metodologias, e que haja uma fusão entre os grupos 3 e 4 para otimizar a agenda. A coordenação também se comprometeu a enviar informações sobre os participantes de cada GT. Houve também a proposta de reuniões mensais e organização de grupos de trabalho (GTs), e a realização de seminários nas regionais da APIB para envolver lideranças tradicionais e acadêmicas.

#### **VI. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS**

- \* Elaborar a proposta metodológica para os grupos de trabalho e apresentar na próxima reunião.
- \* Elaborar a ata da reunião de hoje.
- \* Participar da discussão sobre o movimento internacional e sua integração.
- \* Criar um manifesto de apoio ao fórum e mobilizar a sociedade civil.
- \* Propor a criação de um subgrupo para tratar de metodologia e memória indígena.
- \* Mapear e organizar o acervo documental disponível para pesquisa.
- \* Definir temas para o mapeamento que abranjam várias violações históricas.
- \* Acompanhar e dar força ao projeto para garantir seu sucesso.
- \* Definir a gestão documental e a organização do material produzido pelos GTs.
- \* Realizar sete encontros seminários nas regiões para envolver lideranças.
- \* Levantar casos de violações de direitos indígenas em consulta nacional.
- \* Estabelecer um mecanismo de comunicação entre os grupos de trabalho.
- \* Criar uma frente de atuação para a gestão documental e digitalização de arquivos.
- \* Enviar e-mail com divisões e consulta às instituições ausentes.
- \* Confirmar a data da próxima reunião prevista para 18 de fevereiro de 2025
- \* Juntar informações sobre quem está em cada GT até o dia 20.





- \* Organizar reunião sobre o ATL no dia 13.
- \* Indicar alguém do grupo de comunicação da APIB para o grupo 5 de comunicação.

### **Perguntas-chave:**

- \* É viável dividir o GT de Estudo de Casos em grupos menores para facilitar o trabalho?
- \* Como podemos mobilizar a sociedade civil e formadores de opinião em apoio ao fórum?
- \* Como podemos integrar as metodologias de pesquisa da APIB com os trabalhos do Fórum?
- \* Qual critério será utilizado para definir o período das violações de direitos a serem mapeadas?
- \* Como podemos garantir que as adesões ao fórum sejam de entidades que realmente contribuam para o debate?
- \* Como podemos assegurar a participação efetiva das lideranças indígenas nas discussões?
- \* De que forma a FUNAI pode contribuir para o mapeamento e a digitalização dos documentos?

**A próxima reunião foi agendada para 18 de fevereiro às 14h na sede da APIB, onde cada grupo de trabalho poderá apresentar suas metodologias e agendas.**

